

CATALUNHA E SUA INDEPENDÊNCIA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Angela Maria ENDLICH¹

Zeus Moreno ROMERO²

Isaac Giribet BERNAT³

RESUMO

Esta publicação refere-se ao registro de uma mesa redonda com o título assinalado, promovida pelo Centro Acadêmico de Geografia da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Como trata-se de tema relevante para a Geografia, bem como para demais áreas, temos como objetivo aproveitar o esforço realizado no sentido de contribuir para a compreensão da realidade retratada e de fomentar o debate. Foram mantidas o máximo possível o conteúdo das falas, com algumas pequenas alterações e adaptações.

Palavras chave: Catalunha. Independência da Catalunha. História da Catalunha.

CATALUÑA Y SU INDEPENDENCIA: DESAFÍOS Y PERSPECTIVAS

RESUMEN

Esta publicación se refiere al registro de una mesa redonda con el título señalado, promovida por el Centro Académico de Geografía - de la Universidad Estatal de Maringá (UEM). Como se trata de tema relevante para la Geografía, así como para otras áreas, tenemos como objetivo sistematizar el esfuerzo realizado en el sentido de contribuir a la comprensión de la realidad catalana y de fomentar el debate. Se mantuvieron lo máximo posible el contenido de las exposiciones, con algunas pequeñas modificaciones y adaptaciones.

Palabras clave: Cataluña. Independencia de Cataluña. Historia de Cataluña.

¹ Docente do DGE e PGE/UEM, com estágio de doutorado e pós-doutorado na UB – Barcelona.

² Historiador pela *Universitat* de Barcelona. Doutorando do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual de Maringá, Docente do Colegiado de História da Universidade Estadual do Paraná, campus de Paranaíba.

³ Doutor em História pela *Universitat de Lleida*, professor do Departamento de História e Geografia da Universidade Estadual do Maranhão.

A CATALUNHA E SUA EFERVESCÊNCIA POLÍTICA: ALGUMAS NOTAS

Angela Maria ENDLICH

1 INTRODUÇÃO

Este texto foi redigido para participação em uma mesa redonda denominada: “Catalunha e sua independência: desafios e perspectivas”, promovida pelo Centro Acadêmico de Geografia – Cageo, da Universidade Estadual de Maringá, realizada em novembro de 2017. A mesa foi composta por dois catalães: Isaac Giribet Bernat e Zeus Moreno Romero. Eu fui a terceira componente, embora a primeira a falar (a meu pedido, pois sabia que a fala dos demais componentes seria mais aprofundada), brasileira e com o encargo de mostrar um pouco o olhar estrangeiro frente a questão e aos debates que ela traz. O objetivo dessa publicação é registrar esse evento, ocorrido durante um período de grande efervescência política na Catalunha e, por conseguinte, na Espanha. Por isso, foi um período em que a mídia contemplou o tema, despertando o interesse em saber mais a respeito do assunto, o que levou os acadêmicos do curso de Geografia em tomarem a iniciativa para esse debate.

Bona nit a tothom, benvinguts! Boa noite a todos, bem vindos! Com saudações como essa ou similares começam boa parte dos eventos em Barcelona e na Catalunha como um todo. Como mencionado, registrarei a perspectiva de uma estrangeira, portanto peço desculpas por antecipação por algum equívoco.

Minha história em terras catalãs começou no período de 2004 e 2005 quando estive pela primeira vez, durante o inverno, para um estágio de doutorado. Desde então, acompanho os eventos do grupo Geocrítica (coordenado pelo professor Horácio Capel) alguns realizados em Barcelona, mas também em Buenos Aires, Porto Alegre, Bogotá e outros. Posteriormente, voltei para um pós-doutorado, quando fiquei por um período mais longo. Além disso, retornei diversas vezes para estadias mais curtas – 2014, final de 2016 e janeiro de 2017 que foi a última vez, por ocasião de uma licença sabática. Portanto, minha visão não é a da superficialidade da turista, mas também não é de alguém que conheça a fundo a realidade e a história da Catalunha. E deve-se considerar que se trata de uma questão complexa, na minha interpretação.

Sistematizei minha contribuição em quatro pontos que me impressionaram quanto à Catalunha e os esforços em manter sua identidade como unidade política independente. Ressalvo, que ainda que eu tenha percorrido bastante o interior da Catalunha, os registros que faço aqui remetem mais à Barcelona. Uma segunda ressalva diz respeito a adoção nesse texto da linguagem na primeira pessoa do singular, por se tratar de um relato que tem por base impressões e observações próprias. Embora apresentados como itens separados, eles estão profundamente articulados entre si:

2 A DIFUSÃO DO IDIOMA CATALÃO E O SIGNIFICADO POLÍTICO DISSO

Para o estágio do doutorado a Capes exigia a prova de proficiência do Instituto Cervantes em castelhano (espanhol). Eu fiz a prova e quando cheguei em Barcelona me deparei com seminários, jornadas, defesas de teses e muitas outras atividades acadêmicas em catalão. Já do Brasil era possível perceber a relevância do catalão, pois as primeiras páginas na *Internet* das instituições de modo geral, incluindo as universidades remetiam ao catalão, ainda que no *menu* fosse possível alterar o idioma. Aos alunos de graduação: se você for para uma mobilidade acadêmica na UB possivelmente terá aula em catalão, enquanto se for para Portugal é possível que a aula seja em inglês. É inevitável comparar atitudes tão diferentes em termos de valorização do idioma.

A resistência de um idioma remete ao debate da violência que marcou a formação dos estados nacionais. Trata-se de olhar para o mapa mundial de países que temos hoje e lembrar como ele foi produzido de modo impositivo. Da Geografia concreta anterior baseada em condados, reinos e principados, originou-se o mapa mundi atual. Por exemplo, o condado Portucalense deu origem a Portugal. A escala nacional foi produzida, como se prossegue ampliando escalas cada vez mais amplas de poder, forjada por interesses com alcances espaciais amplos. A Catalunha, igualmente, tem uma longa história que será demonstrada com detalhes pelos demais colegas. Grande parte dela de resistência frente ao processo centralizador que resultou na formação da Espanha. Reiteramos que a formação dos estados nacionais foram marcadas pela imposição de um idioma, de uma educação e uma história que exaltasse a nacionalidade instituída. O processo quase sempre abrangia a formação de um exército para

garantir sua unidade, caso o viés imaterial e cultural não fossem suficientes. São processos que trouxeram resistência em diversas áreas como se sabe (além dos catalães, os bascos, os escoceses e os bavianos, dentre outros). A Catalunha é uma área de forte resistência frente a esse processo. Portanto, a difusão do idioma não é espontânea, ela decorre de uma constante política.

Pensando em um contraponto com o caso brasileiro, a formação do Estado mais do que ignorou, eliminou em boa parte povos pré-colombianos e procede a formação de outra nação, forjada artificialmente pelos mesmos elementos anteriormente assinalados. Aqui também o idioma foi fundamental⁴, com o português estabelecido como o idioma da alfabetização, além dos conteúdos de uma Geografia e História que tendiam a naturalizar a formação desse estado nacional.

Na Catalunha, houve a persistência das escolas em catalão, especialmente em períodos no qual a alfabetização e o uso público daquele idioma foram proibido. Houve, inclusive, uma l'Associació Protectora de l'Ensenyança Catalana. Existem estímulos diversos para aprender catalão com cursos *on line* (<http://www.cursdecatala.com/en/>) e gratuitos. Estando na Catalunha encontram-se voluntários que ensinam o idioma do mesmo modo gratuitamente. Há um cuidado com a difusão permanente do idioma com publicações diversas e, inclusive, uma semana do livro catalão (em dezembro de 2017 se realizou a 35ª edição – ela existe desde 1983) com uma feira de livros catalães na Avenida da Catedral em Barcelona. Os editores possuem uma associação (*L'Associació d'Editors en Llengua Catalana*). Essa associação realizou em novembro de 2017 uma jornada de reflexão sobre a edição em catalão, reunindo professores, representantes de bibliotecas, livrarias e editoras em Sitges. Ou seja, não daríamos conta de enumerar iniciativas desse tipo. Estas são apenas algumas para demonstrar esse cuidado constante e intenso com a manutenção do idioma próprio.

3 A PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA E A HISTÓRIA QUE VAI SE APRENDENDO POUCO A POUCO

Aprende-se história da Catalunha por todos os lados. São diversas exposições, eventos e museus. Basta circular pela cidade e por esses recintos. Eles vão permitindo compreender as reivindicações. São constantes as iniciativas quanto a esse trabalho de preservação da memória.

⁴ De acordo com o IBGE são 274 línguas indígenas.

Cada nova descoberta arqueológica ganha relevância e é valorizada. Talvez o exemplo mais recente tenha sido a restauração do *Mercat del Born*, durante a qual foram descobertos vestígios históricos do período medieval e século XVIII. O mercado transformou-se no *El Born Centre de Cultura i Memòria*, cuja abertura ao público ocorreu em 2013, período em que estávamos em estágio pós-doutoral na *Universitat de Barcelona*.

Embora remetamos a história neste item, não temos nem pretensão e nem condições de tratar dela com detalhe, o que certamente farão com mais propriedade os colegas dessa mesa. Por isso, para complementar esse item vamos apenas destacar o que pode ser apreendido por quem visita o Museu da História da Catalunha, que tem “Memória de un país”, como *slogan*. Ele possui amplo acervo sobre o território catalão desde as suas primeiras ocupações. Ressaltamos, contudo, o 11 de setembro da Catalunha, que é uma data na qual se comemora a resistência catalã durante um cercos a Barcelona que durou mais de um ano e terminou em 11 de setembro de 1714. Após ele, houve a abolição das constituições e instituições catalanas e o início de uma duríssima repressão. O referido museu registra essa história de modo amplo. Uma das imagens é a Figura 1, com texto explicativo em catalão seguido de versão com tradução própria.



Figura 1 – Recinto Museu da Història de Catalunya.

Fonte: Museu Història de Catalunya

Disponível em http://www.mhcat.cat/exposicions/la_memoria_d_un_pais/a_la_periferia_de_l_imperi. Acesso 06.11.2017.

Després de tretze mesos de setge, l'11 de setembre de 1714, a les cinc de la matinada, uns 20.000 soldats borbònics inicien l'atac a la ciutat de Barcelona. Les tropes de la Coronela, la milícia urbana de Barcelona, juntament amb la resta de forces austriacistes aplegades a la ciutat – en total, uns 5.300 homes -, ofereix una forta resistència, carrer per carrer i casa per casa. La resistència se salda amb prop de 4.000 víctimes. A primera hora de la tarda, havent caigut malferit el conseller en cap Rafael Casanova, la ciutat capitula.

Depois de treze meses de sítio, em 11 de setembro de 1714, as cinco da madrugada, 20 mil soldados borbônicos começaram a atacar a cidade de Barcelona. As tropas da Coronela, milícia urbana de Barcelona, juntamente com o resto das forças austríacas reunidas na cidade – total aproximado de 5.300 homens – oferecem uma forte resistência, rua por rua e casa por casa. A resistência tem um saldo de cerca de 4 mil vítimas. A primeira hora da tarde, tendo caído ferido o *conseller* Rafael Casanova, a cidade capitula.

Embora termine com a capitulação e imposição das leis de *Castilla*, celebra-se a resistência nesse episódio histórico, que foi transformado em “Dia Nacional da Catalunha”, sobre o qual retomaremos ao final. Como mencionei, não tenho nem o objetivo e nem condições de detalhar aqui esses fatos, mas apenas de demonstrar que o processo de luta política é persistente e a preservação de sua memória constante.

4 UMA CULTURA PRÓPRIA E DENSA.

E nos referimos à cultura para além da dança (*sardana*) e da culinária (*calssotadas*): os *castellers* – os fantásticos castelos humanos, as festas coletivas de bairros, a marcante vida intensa na rua, a luta pelo espaço público, uso notável das praças e parques, que nos fazem entender o que Henri Lefebvre afirma em diversos de suas obras, sobre a cidade ser uma festa, pontos de encontros. Obviamente, os mesmos processos que se observam acerca da produção do espaço urbano capitalista também estão por lá: a especulação imobiliária, os interesses financeiros, a tendência a vida em espaços privados, uso crescente do automóvel e o consumismo.

Contudo, isso tudo tem um forte contraponto em uma prática vinculada ao espaço público, uma densidade demográfica urbana que promove no cotidiano ruas com intensa vida. Ainda mais impressionante são as iniciativas autogestionadas, minhas últimas descobertas – os *ateneos* populares e anarquistas e espaços como Can Batlló – *espai veinal y autogestionat* – ou seja, espaço de moradores e autogestionado com marcenaria, bar social, biblioteca, tudo

funcionando com trabalho voluntário. Muitos espaços culturais e educativos, associados a preservação do patrimônio arquitetônico, representam conquistas sociais, mediante reivindicações constantes.

No caso de Can Batlló, o espaço consiste em antigas e amplas instalações industriais do segmento têxtil, que por iniciativa social de uma plataforma tem sido refuncionalizadas para atender as necessidades dos moradores quanto a áreas verdes e recreativas, pontos de encontro e de trabalho. O espaço foi conquistado em 2011, com a entrada dos moradores no recinto, resistindo a sua destruição e incorporação imobiliária. A partir daí a sua preparação para os usos atuais decorreu de trabalho coletivo realizado há mais de dois anos.

A biblioteca Josep Pons foi o primeiro espaço a ser reabilitado. Após o primeiro bloco conquistado e refuncionalizado (bloco 11) houve a incorporação de outros espaços onde funcionam a marcenaria, imprensa coletiva, centro de documentação, espaço de artes em geral, etc. Portanto, as atividades autogestionadas e baseadas no trabalho coletivo foram incorporando outras, bem como conquistando novos espaços. Essa dinâmica de auto-organização popular, revelou-se com os Comitês de Defesa do Referendo, realizado em 01 de outubro de 2017. Foram criados em muitos bairros e *pueblos* juntamente com o movimento “Escoles Obertes”, Escolas Abertas, com um peso decisivo de professores, que organizaram voluntários para concentrar-se diante dos centros de votação, desde a madrugada, visando garantir a sua realização, tão ameaçada por decisões vindas de Madri, por parte do chefe do governo nacional.

5 A PARTICIPAÇÃO E A PAIXÃO PELA CATALUNHA, PELA INDEPENDÊNCIA E LIBERDADE.

Tanto a participação como a referida paixão pela independência e liberdade podem ser observadas em diversos fatos cotidianos, mas de forma marcante na Diada Catalana, Dia da Catalunha realizado a cada 11 de setembro. Refiro-me, especialmente a Jornada de 2013, a qual pude vivenciar pessoalmente e que muito me impressionou. Ficou conhecida como a via catalana e consistiu na formação de um cordão humano de aproximadamente 400 quilômetros e que cruzou mais de oitenta municípios. Foram organizados 778 trechos com cerca de 500 metros cada um, onde se localizou um responsável para reunir e organizar os participantes.

Seguiu o traçado de parte de uma antiga via romana – Via Augusta, desde a localidade de *Le Perthus*, França, até a localidade valenciada de *Vinaros*, portanto atravessando a Catalunha de Norte a Sul. Um conjunto de entidades esteve a frente da organização: Associação Independentista Assembleia Nacional Catalana, com apoio de diversas instituições políticas. Participaram aproximadamente 30 mil voluntários. A abertura de inscrições teve 22 mil voluntários inscritos só nas primeiras 24 horas. O número total de inscritos ultrapassou os 300 mil voluntários. A inspiração foi a via báltica, realizada em 1989 pela Estônia, Letônia e Lituânia, reivindicando sua independência da então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). O planejamento da via catalana contou com a participação de promotores da via báltica. O traçado da via encontra-se na Figura 2.



Figura 2 – Via Catalana

Fonte: <https://oscarazal.wordpress.com/2013/09/13/have-you-heard-about-the-catalan-way-international-news/>. Acesso em 06.11.2017.

Este foi um evento que nos provocou uma série de reflexões, ao mesmo tempo em que nos contagiava a empolgação popular. A independência traria mesmo o que aquelas tantas pessoas esperavam? Qual o sentido de formar um novo estado, um novo país? Não deve ser reproduzir o que já está, ou o que existe em outros. Precisa ser mais do que resistência a uma

espacialidade com referência no passado. Deve tratar-se de uma luta que construa novas relações políticas e espacialidades libertadoras. Há muitos interesses envolvidos na reivindicação da independência. Espero que vença a que trabalha por um estado com maior participação, igualdade, multiplicidade étnica e cultural que é a expressão atual da Catalunha atual. Neste sentido, nos chamou bastante a atenção o título de um livro: *A Catalunha será libertária ou não será!* Que predomine a Catalunha militante e antiautoritária. Nas palavras de Xavier Diez⁵, seu autor: “nuestra rebeldía ante una sociedad autoritaria, arbitraria y desigual es la que nos define como nación, más que la lengua, más que las tradiciones, más que la historia común, lo que nos une es nuestra voluntad de ser... libres. Por ello, la única forma de mantener nuestra identidad como nación depende de cómo estemos dispuestos a continuar resistiendo ante las diversas formas de opresión”.

Nesse sentido, o que essa sociedade demonstra é a busca pela apropriação do espaço, sua condução política, econômica e cultural de acordo com suas necessidades. A apropriação do espaço que nos tem sido roubada por interesses amplos que comandam nossas vidas. Aqui e acolá. Sou grata por ter vivido um pouco desse processo e do que foi possível aprender com ele. Sou grata por este convite para poder compartilhar, o que é para mim quase pensar em voz alta. Sou grata pela atenção.

6 REFERÊNCIAS

LÓPEZ ARNAL, Salvador. Entrevista a Xavier Diez. “La tendencia catalana a rebelarse ante el poder arbitrario constituye quizá la más gran virtud de nuestro país. 2013. Disponível em <http://www.rebellion.org/noticia.php?id=172450>. Acesso em 06.11.2017.

⁵ Xavier Diez é um historiador catalão especializado em anarquismo.

A INDEPENDENTE TRAJETORIA HISTORICA DA CATALUNHA

Zeus Moreno ROMERO

1 INTRODUÇÃO

Quando recebi o convite por parte do Centro Acadêmico de Geografia⁶ fiquei gratamente surpreendido. Depois de morar quase seis anos na cidade de Maringá (Paraná, Brasil) e, portanto, fora do meu país de origem, foi a primeira vez que a comunidade universitária se dedicou a observar de perto a situação da Catalunha, sobretudo depois do referendo violentamente reprimido pelo governo espanhol no dia 1º de outubro de 2017⁷. Ao pensar em como eu poderia explicar o movimento independentista para o público brasileiro, especificamente do sul do Brasil, lembrei-me das inúmeras conversas com diferentes pessoas sobre o meu país de origem.

A maioria das pessoas, ao me perguntar sobre a situação da Catalunha, possui a tendência de comparar o movimento catalão com o movimento “O sul é o meu país”⁸. É possível comparar esses dois movimentos? Esse questionamento foi precisamente o ponto de partida da minha intervenção na mesa redonda. Depois de negar qualquer relação entre os dois movimentos, introduzi minha fala destacando a importância de entender a História da Catalunha para compreender o que aconteceu ao longo do tempo para a aparição de um forte movimento independentista. Pois, compreendendo o passado da Catalunha entenderemos o presente.

Na Catalunha existe um substrato histórico-cultural de longa duração, com uma língua e cultura própria e com instituições centenárias de um território que já foi independente. Para

⁶ O Cageo (Centro Acadêmico de Geografia) da Universidade Estadual de Maringá (UEM) organizou no dia 6 de setembro de 2017 a mesa redonda “Catalunha e sua independência: desafios e perspectivas” na UEM

⁷ O referendo ou consulta sobre a independência da Catalunha foi um auto referendo organizado pelo Governo da Catalunha, formado após as eleições em que os partidos a favor do referendo obtiveram a maioria no Parlamento da Catalunha. Porém, o Governo da Espanha se opôs, de acordo com a interpretação das leis e a Constituição espanhola. A convocatória do referendo foi oficialmente suspensa pelo Tribunal Constitucional da Espanha no dia seguinte à aprovação, mas o governo da Catalunha continuou com a organização, com base na Lei do referendo sobre a autodeterminação da Catalunha, aprovada em 6 de abril. Em setembro de 2017 foi convocado o referendo no meio de um choque de legalidades. Mais de dois milhões de pessoas votaram a pesar de forte violência física exercida por parte das forças de segurança da Espanha contra os votantes.

⁸ O Sul é o Meu País foi fundado pelo historiador e político brasileiro Adílcio Cadorin em 1992. Este movimento da Região Sul do Brasil, estuda a viabilidade da separação dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul do restante da federação brasileira.

mostrar as especificidades da Catalunha ao longo da História que o tornaram um território com uma identidade própria, minha fala tentou resumir uma história de milhares de anos em poucos minutos, uma tarefa nada fácil. A solução encontrada foi abordar os principais fatos ocorridos dentro dos períodos históricos: História antiga; História medieval; História moderna e História contemporânea. Dessa forma, foi possível obter uma compreensão das profundas raízes da identidade catalã.

2 CATALUNHA: UMA HISTÓRIA MILENAR

O território que seria posteriormente chamado de Catalunha foi povoado por populações neolíticas que influenciadas pelos povos indo-europeus acabaram se convertendo na civilização dos Iberos no século VI a.C., entrando assim no período histórico chamado de História Antiga. O máximo esplendor dos Iberos foi durante o século II d.C. quando receberam a influência dos gregos (estabelecidos na cidade de Empúries) e dos fenícios, que possuíam uma escritura muito semelhante a dos Iberos. O fim da cultura ibérica se deu a partir da guerra entre Cartago e Roma nas margens do rio Ebro, no século III d.C., que culminou com a ocupação da península ibérica pelo Império Romano. Os romanos estruturaram o território de forma semelhante à atualidade, com sua rede de caminhos e com a fundação de várias cidades, por exemplo, Barcino (Barcelona), Gerunda (Girona) e Tarraco (Tarragona), sendo esta última a capital da província romana Hispania Citerior ou Hispania Tarraconensis.

Já na Idade Média, com a queda do Império Romano, os Visigodos ocuparam o território, e algumas cidades, como Tarraco, entraram em decadência. Os povos Visigodos se estabeleceram durante os séculos VI, VII e VIII. No ano de 711, os muçulmanos iniciaram a conquista da península ibérica, chegando ao sul da atual França. No entanto, mediante o poderio militar de Carlos Magno, os mouros⁹ foram expulsos do norte da atual Catalunha, para posteriormente fundar a Marca Hispânica como fronteira militar entre o reino Franco (cristão) e o Califado de Córdoba (muçulmano), esse novo território entre os dois mundos seria o embrião da futura Catalunha.

⁹ São chamadas de mouros as populações originárias do norte da África, também denominadas sarracenos, mauritanos ou mauros. Todas elas praticantes da religião islâmica. Estes povos invadiram durante a Idade Média a península ibérica, Sicília, Malta e uma pequena parte da França.

A Marca Hispânica era formada por condados dependentes dos Carolíngios. No ano de 985 um desses condados, o de Barcelona, sofreu o ataque dos mouros. O Conde Borell pediu ajuda ao rei Franco, porém não lhe foi concedido nenhum suporte frente à incursão de Almanzor, que acabou destruindo e ocupando momentaneamente a cidade de Barcelona.

A falta de apoio por parte do rei Franco levou ao rompimento dos vínculos de vassalagem. Em março de 988, Borell II consumou a independência dos Francos ao intitular-se *duque ibérico e marquês pela graça de Deus*. Com o tempo, e mediante uma política de alianças, de vínculos matrimoniais e expansão territorial pelos territórios muçulmanos foi se criando a União dos condados, e Barcelona tornou-se o centro do poder. Nesse momento, nasce a Catalunha.

Uma vez os condados catalães se foram juntando formando o que conhecemos hoje em dia como Catalunha, chegou o momento de máximo esplendor durante o período da baixa Idade Média, sobretudo após a união com Aragão. O rei Jaime I expandiu a coroa Catalano-aragonesa, ou Coroa de Aragão, para o sul, conquistando territórios muçulmanos e repovoando a costa litorânea (pelos catalães) e o interior (pelos aragoneses).

Já no século XV a potente frota naval catalã se expandiu pelo Mediterrâneo. A cronologia das ocupações territoriais da Coroa de Aragão foi a seguinte: Valencia (1229 e 1245); Ilhas Baleares (1229-1287); Sardenha (1323-1326); Sicília (1282); Ducados de Atenas e Neopatria (1377); Reino de Nápoles (1435-1443). Na Figura 1 é possível observar as conquistas territoriais dos reinos ibéricos, tanto na península como no mar mediterrâneo, desde o ano 1054 até 1450.

Esta época de esplendor da Catalunha não ocorreu apenas no âmbito das conquistas e da expansão territorial foi também um momento muito importante da cultura em língua catalã. Podem se destacar vários nomes como o de Raimundo Lúlio (em catalão, Ramon Llull), escritor, filósofo, poeta, missionário e teólogo de Mallorca (1232-1316). No século posterior a cidade de Valencia, dentro da coroa de Catalunha-Aragão, foi uma grande capital cultural onde se deu o chamado “Século de ouro de Valencia” (Século XV) com escritores como Ausiàs March (1400-1459) ou Joanot Martorell (1405-1478).

Entre o fim da Idade Média e o início da Idade Moderna aconteceram alguns fatos históricos que marcariam o porvir histórico da Catalunha. Em 1469 o rei Fernando de Aragão e a rainha Isabel de Castela se casam e unificam ambos os reinos, mas respeitando as

particularidades institucionais, políticas e linguísticas de cada coroa. Esta união culminaria com a queda da cidade de Granada em 1492 ocupada pelos muçulmanos. Nesse mesmo ano, Cristóvão Colombo descobriria acidentalmente o continente americano, em nome dos reis católicos, à bandeira de Castela e a cruz cristã. Os súditos da coroa de Catalunha-Aragão não participariam da conquista nem da colonização da América até o século XVIII. Essa foi, no entanto, uma época conturbada devido ao início de revoltas camponesas, como por exemplo, a revolta dos *Remenças*, uma das primeiras revoltas contra os abusos feudais. Em 1448¹⁰ ocorreu uma excepcional agrupação de camponeses com o objetivo de negociar com a monarquia a abolição da submissão aos senhores feudais, que finalmente teve sucesso.

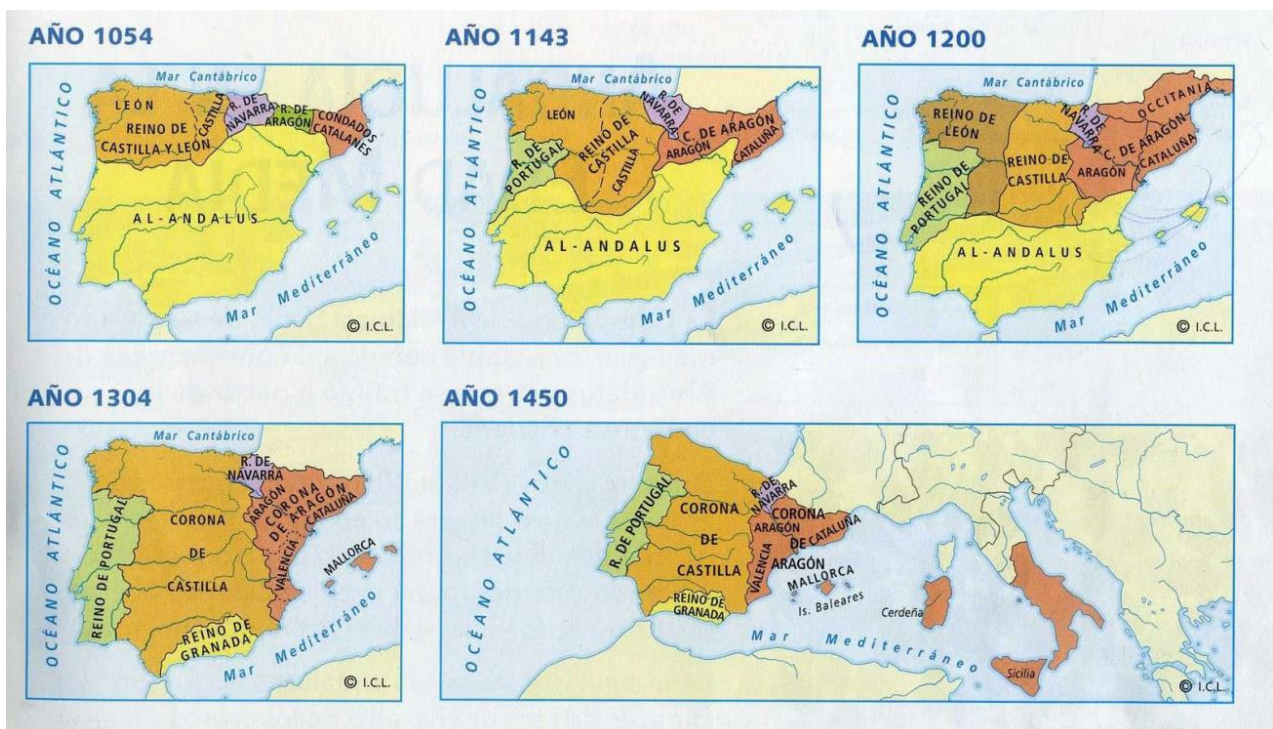


Figura 1 conquistas territoriais dos reinos ibéricos, entre 1054 até 1450.

Fonte: <http://encar-alkaken.blogspot.com.br/search/label/Edad%20Media>

Durante a História Moderna, aconteceram alguns fatos que mudariam o rumo da História da Catalunha. A primeira foi a “Guerra dels Segadors” (1640-1652). Devido à guerra entre as monarquias Hispânica e francesa (1635-1659), as tropas castelhanas entraram na Catalunha, se

¹⁰ Podem consultar a fonte histórica primária ‘O Livro do sindicato Remença’ de 1448-49, disponível em: <http://www.unesco.org/new/es/communication-and-information/memory-of-the-world/register/full-list-of-registered-heritage/registered-heritage-page-5/livre-del-sindicat-remenca-1448/>

instalaram nas casas e abusaram dos moradores. Por estes abusos, os camponeses e instituições catalãs iniciaram uma revolta ao grito de: “Cortemos as cabeças dos perucas!”. Foi, portanto, uma revolta contra a nobreza e não contra o rei. O tratado dos Pirineus (1659) que colocou fim ao conflito entre hispânicos e franceses fez com que Catalunha perdesse os territórios do norte dos Pirineus, passando a pertencer à França.

O destino da Catalunha foi decisivamente marcado pela Guerra de Sucessão espanhola (1701-1715)¹¹, que ocorreu entre a dinastia dos Augsburg e a dos Burbons. Este conflito, diferente da revolta camponesa da “Guerra dels Segadors”, foi um dos primeiros conflitos de âmbito mundial, sendo travado na Europa e na América. Por um lado estavam os Augsburg: Catalunha (Coroa de Aragão), Grã Bretanha, Holanda, Sacro Império Germânico, Portugal e Savoia. Por outro lado, os Burbons: Castela, França, Baviera e Hungria. No fim da guerra, Catalunha ficou isolada, sozinha e abandonada pelas potências estrangeiras aliadas, resistindo aos ataques das tropas castelhanas, até o assalto final à cidade de Barcelona no dia 11 de setembro de 1714¹². As consequências dessa derrota foram trágicas: a coroa de Catalunha e Aragão perdeu todos seus direitos políticos e a língua catalã começou a ser perseguida. O Decreto de “Nova Planta” foi o ato de assimilação de Castela para os outros reinos hispânicos, impondo o absolutismo frente à tradição constitucional catalã, tais leis aboliram as instituições vigentes na Catalunha.

Além de ter os direitos políticos caçados, a coroa de Catalunha e Aragão continuou sem poder comerciar com América. Somente entre 1740 e 1743 que a dinastia dos burbons permitiu aos súbditos da coroa de Aragão e Catalunha o comércio com América. Cabe lembrar que a conquista e colonização até esse momento foi levada a cabo pelos súbditos de Castela.

Os séculos XIX e XX são cruciais para entender o atual movimento independentista na Catalunha, sobre todo o século XX que continua na memória dos catalães. No período histórico correspondente à Idade Contemporânea podemos destacar dois momentos importantes: a constituição da República Espanhola (I e II República) e a Guerra Civil espanhola. Depois da expulsão do exército napoleônico na guerra peninsular (1807-1814) se sucederam as guerras

¹¹ Em 1700 Carlos II de Castela e Aragão morreu reconhecendo como herdeiro universal Felipe de Bourbon, duque de Anjou, neto de Luís XIV da França, passando a se chamar Felipe V de Castela e IV de Aragão. A guerra iniciou-se porque o imperador Leopoldo I (Augsburg) reivindicou os direitos da sua dinastia às coroas hispânicas. Outras potências apoiaram essa reivindicação ao ver o aumento do poder imperialista de Luís XIV da França.

¹² Essa derrota militar é comemorada na Catalunha todos os anos no dia 11 de setembro, como o dia nacional da Catalunha.

carlinas, nas quais os tradicionalistas (apoiadores do rei Carlos) enfrentaram os liberais, entre os anos de 1833 e 1876. Durante o período democrático (1873 e 1874), foi constituída a I República Espanhola presidida pelo catalão Estanislau Figueres que durou apenas um ano devido aos embates entre os partidários da República unitária contra os federalistas. Posteriormente se deu a Restauração monárquica (1874-1932), instaurando uma falsa democracia bipartidária que repartia o poder numas eleições fraudadas entre o Partido Liberal e o Partido Conservador.

Nesse momento ocorria a Revolução Industrial na Catalunha, uma época marcada por intensas lutas sociais, como por exemplo, a época do “pistolerismo” que enfrentou os anarquistas (o sindicato maioritário na Catalunha) com a burguesia catalã na cidade de Barcelona. A semana trágica¹³ (1909) e os 44 dias da Greve da “Canadiense”, para conseguir a jornada de trabalho de oito horas (1919), evidenciaram a força das lutas proletárias na Catalunha. Também ocorreu nesse momento o fenômeno conhecido como a “Renaixença” da cultura catalã. Com o impulso do *catalanismo* político de direita e de esquerda (federalista), foi criada na área cultural a normatização linguística do catalão (1913) e na área política a “Mancomunitat”¹⁴ (1913). A pressão dos movimentos operários por um lado e o *catalanismo* político por outro, conduziram a Espanha para a ditadura de Primo de Rivera (1923-1930), época de forte repressão e perseguição dos dissidentes políticos tanto operários como catalães.

Podemos afirmar que a Catalunha retomaria suas reivindicações políticas e sociais com o advento da II República espanhola. No dia 14 de abril de 1931 se proclamou a II República Espanhola, que supôs um período de grandes avanços sociais. Em 1934 o presidente da restaurada *Generalitat de Catalunya* (Governo da Catalunha), Lluís Companys, do Partido “Esquerda Republicana de Catalunya” proclamou a independência da República Catalã como estado integrado a Federação Ibérica. No entanto, a independência durou 10 horas e foi reprimida pelo governo republicano espanhol.

¹³ Denomina-se Semana Trágica os acontecimentos ocorridos em Barcelona e outras cidades da Catalunha, no período de 26 de julho a 2 de agosto de 1909. A classe operária, apoiada pelos anarquistas, socialistas e republicanos, se enfrentou ao exercito espanhol, por quererem convocar os reservistas para reforçar as tropas coloniais em Marrocos. No entanto, aqueles que podiam pagar certa quantidade de dinheiro eram liberados da guerra colonial, por tanto só os pobres foram chamados.

¹⁴ A *Mancomunitat* da Catalunha foi uma instituição que agrupou as quatro províncias da Catalunha (Girona, Lleida, Tarragona e Barcelona) entre os anos de 1914 e 1923. Apesar de ter funções puramente administrativas e que as suas competências não iam para além dos governos provinciais, adquiriu uma grande importância política, já que representava o primeiro reconhecimento por parte do estado espanhol da personalidade e da unidade territorial de Catalunha desde a derrota de 1714.

Com o início da guerra civil espanhola, a partir do golpe de estado do general Francisco Franco o 18 de julho de 1936, o governo da *Generalitat* e o sindicato anarquista da CNT (Confederação Nacional do Trabalho) conseguiram parar o golpe militar na Catalunha. Mas a guerra civil espanhola acabou com a vitória do bloco fascista nacional-católico de direita, contra os republicanos, os governos da Catalunha e País Vasco e os movimentos proletários, mediante sobretudo a ajuda de Hitler e Mussolini e a passividade e o medo das nações democráticas europeias. A República só recebeu ajuda da União Soviética já no fim da guerra. Com o fim do conflito bélico se deu início a ditadura do General Francisco Franco, que durou 36 anos (1939-1975), terminando somente com a morte plácida do ditador numa cama de hospital.

3 CONCLUSÕES: CATALUNHA UMA IDENTIDADE PRÓPRIA

Depois de demonstrar a longa trajetória histórica do território catalão pode se concluir que na Catalunha existe atualmente um substrato histórico-cultural de longa duração, com uma língua e cultura própria e com instituições centenárias que lutaram pela sua independência política ao longo de sua história.

Assim como o movimento independentista catalão não pode ser comparado com o movimento “O sul é o meu país”, ele também não representa um movimento étnico ou religioso como aconteceu na antiga Jugoslávia. O povo catalão decorre de uma diversidade de povos que se misturaram ao longo da história e deixaram sua influência: Iberos, gregos, fenícios, romanos, godos, árabes, francos, judeus, franceses, aragoneses, valencianos, murcianos, andaluzes, castelhanos, galegos, africanos, Europa do leste, latino-americanos, asiáticos, italianos, etc... Seria ingênuo acreditar numa suposta etnia catalã.

Atualmente, no âmbito político não se pode afirmar que seja um movimento nacionalista de direita (como muitas pessoas acreditam ao tratar-se de nacionalismo) ou de esquerda, pois o movimento independentista junta as mais variadas opções ideológicas: liberais, socialistas, anarquistas, anticapitalistas, republicanos, etc., com exceção do fascismo que seria a antítese e a ideologia a combater dentro da Espanha. No meu entendimento as demandas a favor da autodeterminação da Catalunha foram impulsadas de baixo para cima, e os políticos tiveram que acompanhar o ritmo do povo e suas demandas.

O futuro é incerto, mas o que Catalunha mostrou para o mundo é uma forma de luta pacífica e sem violência, uma luta pela autêntica democracia, pela autodeterminação dos povos¹⁵. Este método não violento é lento e coloca em evidência o governo espanhol perante o mundo chamado de democrático. Não é tarefa de o historiador prever o futuro, não sabemos como será o desenrolar desse movimento. No entanto, como historiador podemos trazer evidências, mediante o relato histórico, do por que dessa luta pela independência. A História é uma potente ferramenta para criar identidades e no caso da Catalunha fica evidente. Sem compreender o passado fica difícil entender o presente. Finalmente, espero que todos tenham entendido o transcurso histórico de um território que luta pela sua independência política no século XXI mediante métodos não violentos.

¹⁵ Para mais informação veja a carta das nações Unidas, disponível em: <https://nacoesunidas.org/carta/cap1/>

CATALUNHA E O REGIME DE 1978: PONTO DE INFLEXÃO OU PONTO FINAL?

Isaac Giribet Bernat

“lo nuevo se conquista”

Daniel Viglietti (1939-2017)

1 INTRODUÇÃO

Há pouco mais de dez anos o consistente cenário político espanhol começou a ganhar cotas cada vez maiores de instabilidade pelo questionamento surgido de um dos seus territórios históricos, a Catalunha. Esta nação sem estado, já milenar, conformou ao longo da sua história elementos culturais que a diferenciaram do resto dos povos da Península Ibérica e, durante séculos, desenvolveu um percurso histórico próprio apesar de estar estreitamente vinculado às outras realidades políticas e sociais da Europa mediterrânea.

O texto que segue mostra as motivações que levaram a uma mudança de posição política de uma parte substancial da população catalã, do *autonomismo* ao *independentismo*. Assim como explora alguns dos desdobramentos que se abrem no complexo cenário político atual na relação, cada vez mais conflituosa, entre o Estado Espanhol e Catalunha.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO CONFLITO

No percurso histórico cabe salientar alguns acontecimentos que condicionaram a situação política de tensão que se vivencia atualmente entre o Estado Espanhol e Catalunha. No período moderno cabe destacar a Guerra de Sucessão (1701-1714) onde catalães e o que posteriormente seria o Estado Espanhol se posicionaram em alianças multinacionais diferentes. O resultado final deste confronto de alcance europeu, onde o bloco em que estava alinhada a Catalunha foi derrotado, provocou a abolição das instituições catalãs existentes na época e proibiu as expressões culturais próprias, especialmente a língua.

Posteriormente, já em período Contemporâneo, o principal acontecimento que dimensionou a vida política do século XX, tanto catalã como espanhola, foi a Guerra Civil Espanhola (1936-1939). A importância desse conflito bélico precisa ser mensurada antes mesmo do início das hostilidades, isto é, pelas motivações que criaram as condições materiais e morais para legitimar um golpe de estado contra o governo legítimo da Segunda República Espanhola que, ao ser frustrado, derivou em uma guerra atroz de quase três anos.

Com a vitória dos sediciosos sobre o governo republicano foi instaurada uma ditadura militar sob o comando do General Francisco Franco (1939-1975). Para a população as consequências da Guerra Civil foram cruéis e se manifestaram mesmo após o seu final - seja através da dura repressão política ou das condições de vida miseráveis, revertidas apenas no final da década de 1950.

Após a derrota das Potências do Eixo na Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o regime autoritário ficou internacionalmente isolado. A Espanha de Franco apenas conseguiu certo reconhecimento no contexto internacional a partir da legitimidade outorgada pelo governo dos Estados Unidos que, em um contexto de Guerra Fria, cooperou economicamente com uma ditadura que se mostrou como uma fiel aliada ocidental contra a expansão comunista.



Figura 1. O presidente dos Estados Unidos, Dwight D. Eisenhower, cumprimenta ao General Franco na sua chegada a Madrid, em dezembro de 1959.

Fonte: <http://www.laopiniondemalaga.es/malaga/2015/01/31/eisenhower-alcaldia-vitalicia-marbella/740157.html>

Durante a década de 1960 e início de 1970, os questionamentos políticos internos ao Regime Franquista ficaram minimizados pelo importante crescimento econômico experimentado, que foi contido abruptamente dada as repercussões das crises do petróleo de 1973-1974. Em um contexto de recessão econômica e com uma população cada vez mais destemida para mostrar seus anseios democráticos, o Franquismo abordava seu momento mais transcendental com o *Caudillo*, já octogenário, que se encontrava em uma situação física cada vez mais delicada.

A complexidade do momento, marcada pela incerteza da continuidade do Regime sem seu prócer se viu agudizada com assassinato do presidente do governo, o almirante Carrero Blanco em dezembro de 1973. A partir desse momento e até a morte do ditador, em novembro de 1975, o Regime avançou em rápida decomposição marcada pelas disputas internas entre os setores continuístas e os defensores da democratização. Nos anos finais, o Franquismo também sofreu fortes pressões através de contínuas manifestações e greves que defendiam a legalização dos partidos políticos e a realização de eleições livres, assim como sofreu também com constantes atentados por parte de organizações armadas revolucionárias e separatistas.

Após a morte de Franco foi estabelecido um acordo entre os diversos setores da elite espanhola, acordo este que forjou uma transição política sem ruptura com o regime autoritário anterior - nenhum dos seus dirigentes foram presos ou processados pelos crimes cometidos. Assim, o novo Chefe do Estado, o Rei João Carlos I, acatou a legalidade franquista sem destituir o presidente do governo da ditadura, o discípulo Arias Navarro que, posteriormente, em 1976, seria substituído por Adolfo Suarez, pessoa da máxima confiança do Rei. Suarez seria o principal responsável pela implementação da transição política, mediante a criação e posterior aprovação em referendo da Constituição em 1978.

A nova carta magna dava legitimidade democrática à monarquia parlamentar de João Carlos I, ratificando a unidade indissolúvel do Estado Espanhol – se iniciava o conhecido “Regime de 78”. Com o intuito de que bascos e catalães deixassem de lado suas reivindicações nacionais, o Regime de 78 construiu um pacto entre as elites políticas e econômicas dessas duas regiões e o Estado Espanhol, onde se incluíam benesses financeiras e certas cotas de autogoverno que em hipótese alguma poderiam questionar a unidade nacional.

O período de transição, iniciado com a morte de Franco, esteve marcado por constantes resistências por parte daqueles que defendiam uma ruptura total com o Regime e sua herança, seja por opções revolucionárias ou a partir de posições separatistas como no caso do País Basco e

da Catalunha. Ao mesmo tempo, o processo de transição também vivia sob a ameaça de um golpe de estado por parte dos setores que defendiam a continuidade da ditadura, um “Franquismo sem Franco”. As intimidações promovidas pelos acólitos do franquismo apenas acabaram com o golpe de estado de fevereiro de 1981, sublevação militar frustrada sobre a qual existe sérias dúvidas acerca da real autoria intelectual, bem como sobre sua verdadeira intencionalidade.



Figura 2 - O general Franco junto ao então príncipe João Carlos na última aparição pública do ditador, 01 de outubro de 1975.

Fonte: <http://www.publico.es/politica/rey-juan-carlos-i-franco.html>

O processo de transição finalizou com as eleições gerais de 1982, quando o socialdemocrata *Partido Socialista Obrero Español* – PSOE obteve uma ampla vitória. Estas eleições foram marcadas pelo medo a uma involução democrática e pela emergente figura do monarca, que consolidou sua figura como salvador da democracia diante do golpe de estado do ano anterior.

Na Catalunha, o sistema político oriundo do Regime de 78 apenas passou a ser questionado de forma relevante a partir de 2010. Até esse momento, a principal expressão política catalã, a federação conservadora *Convergència i Unió* – CiU¹⁶, estava inserida no *status quo* político espanhol onde, quando requerida, dava apoio pontual ao bipartidarismo entre socialdemocratas e direitistas para viabilizar a governabilidade nacional. Em troca desses apoios pontuais, conseguia barganhar a ampliação das concessões autonomistas para a Catalunha.

¹⁶ Aliança política entre os partidos *Convergència Democràtica de Catalunya* – CDC e *Unió Democràtica de Catalunya* – UDC, que governou Catalunha entre os anos de 1980-2003 e que, após sete anos na oposição, retornou ao governo no ano de 2010.

3 A RELAÇÃO ENTRE ESPANHA E CATALUNHA: DO *AUTONOMISMO* A INDEPENDÊNCIA?

Para entender porque a Catalunha, depois de ter se mostrado “dócil” aos comandos de Madri durante mais de 30 anos, passou a questionar os princípios basilares que fundaram o pacto político da transição é preciso levar em consideração a negativa espanhola para melhorar as cotas de autogoverno catalão – manifestadas em 2006 nas ânsias de atualização do Estatuto de Autonomia da Catalunha de 1979¹⁷.

O novo Estatuto era uma reivindicação transversal e majoritária entre o partidos políticos, sindicatos e população em geral. Foi criado um amplo consenso de que havia chegado o momento de atualizar o vínculo existente entre o Estado Espanhol e a Catalunha. Os catalães pretendiam que a revisão significasse a ampliação das cotas de autogoverno existentes, que não contemplava a possibilidade da independência, atualizando o marco legal e colocando-o em um patamar parecido ao que desfrutavam outras regiões do Estado Espanhol.

A resposta à demanda catalã por parte das estruturas de Estado espanholas foi intransigente e chegou depois de um longo processo judicial, em 2010. A sentença decretou como inconstitucionais as reformas aprovadas pelo parlamento catalão e ratificadas em referendo por ampla maioria, em 2006. Dessa forma, ficava claro que o Estado Espanhol não estava disposto a realizar nenhuma concessão para aumentar as cotas do autogoverno catalão. Segundo os poderes políticos e judiciais espanhóis não havia possibilidade de avançar nesse campo sem violar a Constituição de 1978.

A negativa espanhola em aceitar o novo Estatuto da Catalunha provocou um verdadeiro cataclismo político, pois, para uma parte da população catalã, sem a oportunidade de reforma do Estatuto, se abria a possibilidade para a ruptura com o Estado Espanhol. Dentre todas as rupturas, cabe destacar a virada ideológica que experimentou a principal expressão partidária do momento, *Convergència i Unió* – CiU, federação de partidos nacionalistas conservadores que passaram a assumir abertamente a independência.

A mudança ideológica de CiU para posições separatistas não foi nada plácida e provocou a extinção da federação. A direção de *Unió Democràtica de Catalunya* – UDC, se negou

¹⁷ Texto jurídico, subordinado a Constituição Espanhola de 1978, que rege os vínculos administrativos entre a Catalunha e o Estado Espanhol.

a assumir os postulados separatistas defendidos pela *Convergència Democràtica de Catalunya* – CDC. Posteriormente, a própria UDC sofreu uma divisão interna entre a direção e uma parte importante das bases que foram expulsas, formando o *Demòcrates de Catalunya* – DC; finalmente, em 2017, a UDC foi desbaratada por ordem judicial ao não poder devolver os créditos assumidos nas últimas décadas, como consequência dos casos de corrupção que protagonizou e também pelo fato de não conseguir nenhuma representação nas eleições aos parlamentos catalão e espanhol.

O caso da CDC foi diferente, mas também permeado por escândalos de corrupção e financiamento ilegal do partido. A virada ideológica para a esfera independentista da *Convergència* coincidiu no tempo com diversos casos de corrupção que atingiram o partido e quem foi seu fundador, o principal dirigente e presidente da Catalunha entre os anos de 1980-2003, Jordi Pujol. No ano de 2016, com o intuito de se adaptar aos novos tempos políticos e para deixar de lado as siglas marcadas pela cumplicidade política com Madri e manchadas pela corrupção, o partido seria refundado adotando o nome de *Partit Demòcrata Europeu Català* – PDeCAT.

As crises e refundações de CiU são paradigmáticas para entender a situação de ponto de inflexão que se vivenciava na Catalunha naquele momento. Por um lado, desprezada pelo Estado Espanhol com uma sentença que negava a possibilidade de colocar as cotas de autogoverno no mesmo nível que outras regiões já possuíam, e, por outro lado, vivenciando constantes casos de corrupção que expressavam o esgotamento de um modelo social atrelado ao Regime de 78. Nessa situação, para parte da população da Catalunha, a independência passou a ser entendida tanto como uma forma de atender aos anseios nacionais mitigados, como uma possibilidade de superar a profunda crise social provocada pelas políticas de austeridade, em um contexto de corrupção sistêmica e de crise econômica generalizada. Em suma, a independência poderia possibilitar tanto a separação do Estado Espanhol como a criação de um novo contrato social.

A principal característica do movimento separatista catalão, que irrompeu com um vigor extraordinário a partir de 2011, foi sua transversalidade ideológica e o papel preponderante que nele exerce a sociedade civil, articulada em organizações de caráter cultural e político. Até esse momento, o movimento independentista catalão estava emparelhado, de forma quase exclusiva, ao leque ideológico da esquerda, seja através de um histórico partido político socialdemocrata fundado no período da Segunda República Espanhola, *Esquerra Republicana de Catalunya* –

ERC, seja por um partido de corte anticapitalista que antes de 2012 somente concorria na esfera municipal, a *Candidatura d'Unitat Popular* – CUP. Com a guinada ideológica protagonizada pela CiU o separatismo passou a atingir setores conservadores catalães que até esse momento estavam alinhados ao reformismo autonomista; cabe destacar ainda, que esse trânsito da *Convergència* para posicionamentos separatistas, também levou estes setores tradicionalmente conservadores para posições mais progressistas.

O atual movimento independentista da Catalunha se torna ininteligível se não for considerado o papel preponderante que nele desenvolve a sociedade civil organizada, em um contexto marcado pela crise de representação política provocada pelos contínuos cortes aos direitos sociais e aos constantes escândalos de corrupção. Dentre as organizações sociais responsáveis pela ampliação e mobilização da base independentista se destacam: o *Omnium Cultural*, entidade criada no início da década de 1960 com intuito de defender a língua e a cultura catalã, somente nos últimos anos passou a assumir posições ativas favoráveis a independência, e a *Assembleia Nacional Catalana* – ANC, criada em 2011 para alavancar o processo separatista desde as ruas, formada por pessoas oriundas das mais diversas posições políticas que tem como denominador comum a defesa da independência.



Figura 3 - Imagem da matéria do site do jornal O Globo (24/08/2014), onde se faz referência à campanha de apelo realizada pela ANC e *Omnium Cultural* para que figuras políticas internacionais intercedam na resolução democrática do conflito catalão.

Fonte: <https://oglobo.globo.com/mundo/dilma-aparece-em-campanha-pela-independencia-da-regiao-espanhola-da-catalunha-13715940>. 24/08/2014

A participação das entidades da sociedade civil massificou a reivindicação independentista evitando que esta fosse cooptada pelos partidos políticos, levando-a para a rua e auferindo-lhe características transversais, populares e pacíficas. A partir do ano de 2012 as mobilizações de *Omnium* e ANC, especialmente as que comemoram o Dia Nacional da Catalunha no dia 11 de setembro, se transformaram em multitudinárias mobilizações cidadãs para reivindicar a independência da Catalunha, com solicitações constantes para que a comunidade internacional faça a mediação no conflito.

Um dos elementos que mais marcantes do atual conflito entre o Estado Espanhol e a Catalunha é a negação sistemática espanhola a qualquer tipo de negociação para resolver a situação, se utilizando exclusivamente de ameaças e do uso da repressão para tentar resolver uma questão eminentemente política. No limite, a partir de uma interpretação parcial e interessada da Constituição de 1978, o Estado Espanhol defende que seja realizado um referendo onde a totalidade da população espanhola vote sobre o futuro da Catalunha.



Figura 4 - Policiais espanhóis desocupam pela força a entrada de um colégio eleitoral defendido por manifestantes pacíficos que pretendem garantir a realização de um referendo de autodeterminação considerado ilegal pelo Estado Espanhol, 01 de outubro de 2017.

Fonte: <http://www.eltriangle.eu/cat/notices/2017/10/465-ferits-dos-d-ells-greus-balanc-de-les-carregues-policials-46445.php>

Dessa forma, o assunto fundamental não reside em identificar o instrumento mais pertinente para resolver a situação de impasse, pois todos os agentes concordam que este é o referendo. O dilema consiste em dirimir quem é de fato o sujeito soberano para decidir sobre o futuro da Catalunha e, portanto, quem deve votar no referendo: a população da Catalunha ou a população espanhola no seu conjunto. Dito de outra forma, a Catalunha pode exercer o direito de autodeterminação dos povos como conclama a Carta de Nações Unidas de 1945, ratificada pelo Estado Espanhol e expressa na sua Constituição de 1978, ou, pelo contrário, deve prevalecer uma visão restrita e enviesada do direito e da jurisprudência internacional para inviabilizar o direito de autodeterminação da Catalunha?

É preciso salientar que o direito de autodeterminação da Catalunha é defendido por uma parte majoritária da população catalã e não apenas pelos independentistas, agregando também setores de esquerda e libertários, o que torna esta possibilidade ainda menos desejável para os interesses do Estado Espanhol.

4 CONCLUSÕES

A Catalunha, depois de um percurso histórico milenar marcado por processos diferenciados que a levaram a criar uma realidade cultural própria, vivenciou em pleno século XX momentos sumamente complexos onde precisou lutar para evitar sua assimilação política e cultural vítima da voracidade homogeneizadora do franquismo.

A transição à democracia foi um momento de extraordinária efervescência política, onde a questão nacional catalã voltou à tona misturada com a possibilidade de construir novas formas de sociabilidade que ultrapassassem os 40 anos de ditadura. Aproveitando as incertezas do momento, foi inoculado o medo a uma involução democrática viabilizando um pacto, materializado na Constituição de 1978, que possibilitou uma transição sem ruptura que tinha na indissolubilidade nacional espanhola seu principal ponto de solda na esfera política.

O cenário mudou de forma abrupta em 2010, quando de forma incompreensível o Tribunal Constitucional Espanhol, com o arrimo dos setores conservadores, rejeitou a possibilidade de uma nova acomodação jurídica da Catalunha dentro de um Estado Espanhol respeitoso com a pluralidade. A negativa a reformulação do Estatuto, aprovado de forma ampla

pelo Parlamento e a população da Catalunha em 2006, supôs um ponto de não retorno para uma parte importante da população catalã que até esse momento se identificava com o reformismo autonomista. A crise de legitimidade espanhola na Catalunha atingia plenamente seus três poderes: executivo, legislativo e judiciário.

Até o presente momento, o Estado Espanhol vem respondendo com repressão às políticas unilaterais adotadas pelo governo da Catalunha para responder o imobilismo do governo de Madri e perante a exemplar mobilização pacífica continuada da sociedade civil organizada. As punições infringidas em forma de ameaças, prisões e retaliações aos dirigentes políticos e sociais passaram a ser o único argumento espanhol para resolver o, por eles definido como, “conflito catalão”.

A Carta das Nações Unidas, subscrita pelo Estado Espanhol e de obrigatório cumprimento para os países que a assinaram, aufere aos povos o direito ao exercício da soberania mediante um referendo de autodeterminação, independentemente de se tratar ou não de antigas colônias. Dessa forma, compreende-se que o sujeito soberano da Catalunha deve ser a população que vive e trabalha nela. Assim, o discurso que afirma que deveria ser toda a população espanhola que deveria dirimir o futuro catalão, não deixa de ser uma “cortina de fumaça” para descumprir os acordos e jurisprudências do direito internacional, criado após a Segunda Guerra Mundial para fazer vigorar os direitos humanos universais.

Em definitiva, o Estado Espanhol precisa entender que não haverá possibilidade de solução a equação política catalã com repressão e sem diálogo com quem pensa diferente. Se o que se pretende é resolver a questão mediante o exercício da democracia a saída passa pela realização de um referendo onde, livremente, a população da Catalunha possa decidir seu futuro.

5 REFERÊNCIAS

AGENCIA ESTATAL BOLETÍN OFICIAL DEL ESTADO. **Constitución Española**. (1978). Disponível em <https://www.boe.es/legislacion/documentos/ConstitucionCASTELLANO.pdf>. Acesso em 28.05.2018.

NAÇÕES UNIDAS. **Carta das Nações Unidas**. 1945. Disponível em <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2017/11/A-Carta-das-Na%C3%A7%C3%B5es-Unidas.pdf>. Acesso em 28.05.2018.